



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 47/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE nº 2364/2003 (9 volumes).**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Barcelos.
- 4- **Exercício:** 2002.
- 5- **Responsável:** Sr. José Ribamar Fontes Beleza, Prefeito e Ordenador de Despesas, à época.
- 6- **Unidade Técnica:** DICOP – Informação nº 038/2016 (fls. 1766/1767) e DICAMI – Informação nº 339/2016 (fls. 1773/1774v).
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2884/2016-MPC/ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 1776/1777).
- 8- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

Ementa: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Barcelos. Exercício de 2002.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a Desaprovação das Contas.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º, e 2º, da Constituição Federal, c/c o art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM e artigo 3º (I, II ou III) da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO, recomendando a **Desaprovação da Prestação de Contas** da Prefeitura Municipal de Barcelos, exercício 2002, sob a responsabilidade do Sr. José Ribamar Fontes Beleza, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do inciso I do art. 1º da Lei Estadual n. 2.423/96.

10- Ata: 28ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 09 de Agosto de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente em sessão), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

12.1 – Auditor-Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente em sessão

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 47/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 47/2016 – TCE-Tribunal Pleno)

1-Processo TCE nº 2364/2003 (9 volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Barcelos.

4- Exercício: 2002.

5- Responsável: Sr. José Ribamar Fontes Beleza, Prefeito e Ordenador de Despesas, à época.

6- Unidade Técnica: DICOP – Informação nº 038/2016 (fls. 1766/1767) e DICAMI – Informação nº 339/2016 (fls. 1773/1774v).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2884/2016-MPC/ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 1776/1777).

8- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

Ementa: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Barcelos. Exercício de 2002.

Contas Irregulares. Multa. Remessa à DICREX. Determinações à Origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas no art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Exmo. Sr. Auditor-Relator, **em consonância parcial** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:

9.1- Julgar Irregulares a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Barcelos, exercício 2002, sob a responsabilidade do senhor **José Ribamar Fontes Beleza**, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do inciso II do art. 1º e da alínea “b” do inciso III do art. 22, todos da Lei 2.423/96, em decorrência de graves infrações à norma legal (ausência de processos licitatórios, manutenção de dinheiro em caixa e ausência de projeto arquitetônico, conforme a proposta de voto);

9.2- De acordo com o **Voto-Vista**, proferido em sessão, pela Exma. Sra. Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, aplicar o **valor da multa atualizado**, qual seja, R\$ **8.768,25** (oito mil setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos) ao senhor **José Ribamar Fontes Beleza**, Prefeito e Ordenador de Despesas, exercício 2002, prevista no inciso VI do art. 308 do R/TCE-AM, conforme redação dada pela Res. 25/2012, em decorrência de graves infrações à norma legal (ausência de processos licitatórios, manutenção de dinheiro em caixa e ausência de projeto arquitetônico, conforme proposta de voto);

9.3- Remeter os autos à Dicrex para a cobrança executiva dos valores imputados, de acordo com o que preceitua o art. 3º da Resolução n. 3/2011-TCE e observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 47/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 47/2016 – TCE-Tribunal Pleno)

9.4- Determinar à Origem, nos termos do §2º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM, que:

9.4.1- Regularize as conciliações bancárias da prefeitura, de forma a zelar pela apresentação de contabilidade fidedigna;

9.4.2- Mantenha os recursos da prefeitura em agência bancária, observando a regra disciplinada no §3º do art. 164 da CF/88;

9.4.3- Mantenha todos os processos licitatórios na prefeitura e todos os demais comprovantes de receita e despesa, sob pena de todas as despesas executadas serem glosadas, conforme decisão já formalizada no âmbito deste Tribunal;

9.4.4- Nas obras a serem executadas, **zele** pela observância da Lei Federal n. 8.666/93, principalmente em relação a elaboração de projeto básico e projeto arquitetônico;

9.4.5- Zele pelo adequado preenchimento das informações no sistema E-Contas, nos termos da Resolução n. 13/2015-TCE/AM;

9.4.6- Observe, por último, que a reincidência, nas próximas prestações de contas, das determinações ora veiculadas, sustentará o julgamento das Contas pela irregularidade, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

10- Ata: 28ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 09 de Agosto de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente em sessão), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

12.1 – Auditor-Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente, em sessão

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral